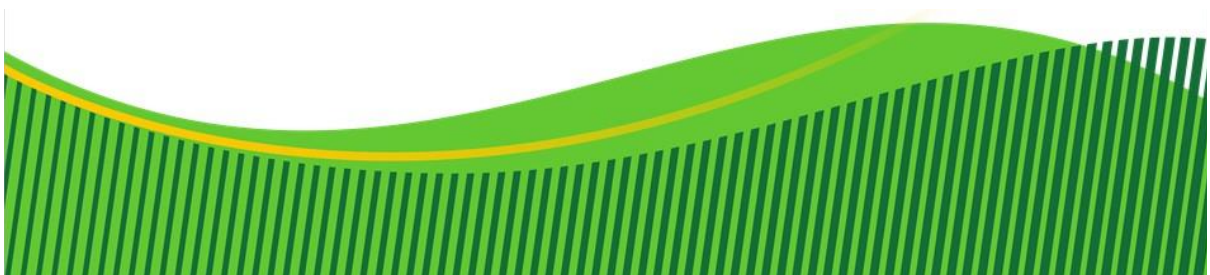


Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Pantanal do Mato Grosso do Sul - Sicredi Pantanal MS

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Pantanal do Mato Grosso do Sul - Sicredi Pantanal MS
Maracaju/MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Pantanal do Mato Grosso do Sul - Sicredi Pantanal MS (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Pantanal do Mato Grosso do Sul - Sicredi Pantanal MS em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 16 de março de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Pantanal do Mato Grosso do Sul - Sicredi Pantanal MS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Pantanal do Mato Grosso do Sul - Sicredi Pantanal MS
CNPJ/MF nº 26.408.187/0001-50

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	521.118	429.671	CIRCULANTE	310.937	250.866
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	8.009	4.710	DEPÓSITOS (NOTA 12)	112.318	77.800
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	34.166	-	Depósitos à Vista	67.863	74.200
Carteira Própria	34.166	-	Depósitos Interfinanceiros	36.163	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	56.234	104.662	Depósitos a Prazo	8.294	3.600
Correspondentes no país	113	73	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	173.819	144.711
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	56.121	104.589	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	13
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	404.249	305.392	Repasse Interfinanceiros (NOTA 13)	173.819	144.698
Operações de Crédito	419.292	322.492	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	435	404
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(15.043)	(17.100)	Recursos em Trânsito de Terceiros	435	404
OUTROS CRÉDITOS	16.952	12.496	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	2	8.247
Crédito por Aval e Franjas Honorários (NOTA 07)	138	150	Empréstimos País - Outras Instituições	2	8.247
Rendas a Receber	707	670	OUTRAS OBRIGAÇÕES	24.363	19.704
Diversos (NOTA 07 e 08)	16.433	11.912	Cobrança e Arrecadação de Tributos	94	108
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(286)	(251)	Sociais e Estatutárias	5.807	5.245
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	1.458	2.411	Fiscais e Previdenciárias	632	541
Outros Valores e Bens	1.550	2.396	Diversas (NOTA 15)	17.730	13.810
(Provisão para desvalorização)	(112)	(15)			
Despesas Antecipadas	30	30			
NÃO CIRCULANTE	105.715	68.652	NÃO CIRCULANTE	173.680	133.176
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	105.715	68.652	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	173.680	133.176
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	15.337	8.440	DEPÓSITOS (NOTA 12)	151.890	114.512
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	15.337	8.440	Depósitos a Prazo	151.890	114.512
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	67.026	41.182	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	18.888	18.664
Operações de Crédito	73.702	45.014	Repasse Interfinanceiros (NOTA 13)	18.888	18.664
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(6.676)	(3.832)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	2.902	-
OUTROS CRÉDITOS	434	1	Empréstimos País - Outras Instituições	2.902	-
Diversos (NOTA 07 e 08)	452	1			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(18)	-			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	1	-			
Despesas Antecipadas	1	-			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	9.487	7.487	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	142.216	114.281
Outros Investimentos	9.487	7.487	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	39.965	36.979
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	11.619	9.539	De Domiciliados no País	50.697	44.696
Imóveis de Uso	3.114	3.114	(Capital a Realizar)	(10.732)	(7.717)
Outras Imobilizações de Uso	13.814	9.861	RESERVAS DE SOBRES	94.977	71.142
(Depreciação acumulada)	(4.509)	(3.436)			
INTANGÍVEL (NOTA 11)	1.811	2.003	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	7.274	6.160
Direitos Ativos Intangíveis	4.101	3.814			
(Amortização acumulada)	(2.290)	(1.811)			
TOTAL DO ATIVO	626.833	498.323	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	626.833	498.323

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Pantanal do Mato Grosso do Sul - Sicredi Pantanal MS
CNPJ/MF nº 26.408.187/0001-50

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	42.723	-	42.723	78.087	2	78.089	57.689	-	57.689
Operações de Crédito	42.211	-	42.211	77.296	2	77.298	57.609	-	57.609
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	511	-	511	790	-	790	77	-	77
Resultado das Aplicações Compulsórias	1	-	1	1	-	1	3	-	3
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(17.944)	(17)	(17.961)	(30.770)	(31)	(30.801)	(24.581)	(22)	(24.603)
Operações de Captação no Mercado	(5.138)	(17)	(5.155)	(9.012)	(31)	(9.043)	(6.526)	(22)	(6.548)
Operações de Empréstimos e Repasses	(5.683)	-	(5.683)	(11.409)	-	(11.409)	(11.982)	-	(11.982)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.123)	-	(7.123)	(10.349)	-	(10.349)	(6.073)	-	(6.073)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	24.779	(17)	24.762	47.317	(29)	47.288	33.108	(22)	33.086
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(8.498)	2.487	(6.011)	(13.978)	4.467	(9.511)	(5.550)	3.817	(1.733)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.816	3.758	5.574	3.604	7.054	10.658	3.328	5.969	9.297
Rendas de Tarifas Bancárias	2.054	-	2.054	3.889	-	3.889	3.456	-	3.456
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(6.009)	(446)	(6.455)	(11.068)	(841)	(11.909)	(9.383)	(766)	(10.149)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(5.606)	(519)	(6.125)	(10.619)	(1.005)	(11.624)	(9.118)	(1.098)	(10.216)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(29)	(190)	(219)	(64)	(357)	(421)	(61)	(303)	(364)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	4.495	114	4.609	9.421	49	9.470	13.485	430	13.915
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(5.219)	(230)	(5.449)	(9.141)	(433)	(9.574)	(7.257)	(415)	(7.672)
RESULTADO OPERACIONAL	16.281	2.470	18.751	33.339	4.438	37.777	27.558	3.795	31.353
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(54)	21	(33)	(100)	64	(36)	(6)	6	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	16.227	2.491	18.718	33.239	4.502	37.741	27.552	3.801	31.353
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(26)	(26)	-	(576)	(576)	-	(20)	(20)
Provisão para Imposto de Renda	-	(8)	(8)	-	(346)	(346)	-	4	4
Provisão para Contribuição Social	-	(18)	(18)	-	(230)	(230)	-	(24)	(24)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(1.345)	-	(1.345)	(2.333)	-	(2.333)	(2.174)	-	(2.174)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	14.882	2.465	17.347	30.906	3.926	34.832	25.378	3.781	29.159
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	3.926	(3.926)	-	3.781	(3.781)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	14.882	2.465	17.347	34.832	-	34.832	29.159	-	29.159
DESTINAÇÕES	-	-	-	(27.558)	-	(27.558)	(22.999)	-	(22.999)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.268)	-	(2.268)	(2.221)	-	(2.221)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.455)	-	(1.455)	(1.232)	-	(1.232)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(20.367)	-	(20.367)	(17.248)	-	(17.248)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(3.468)	-	(3.468)	(2.298)	-	(2.298)
SOBRAS A DISPOSICÃO DA AGO	-	-	-	7.274	-	7.274	6.160	-	6.160

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Pantanal do Mato Grosso do Sul - Sicredi Pantanal MS

CNPJ/MF nº 26.408.187/0001-50

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	35.123	51.596	3.568	90.287
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	(3.530)	(3.530)
Outras destinações	-	-	(38)	(38)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.991	-	-	1.991
Baixas de capital	(2.278)	-	-	(2.278)
Resultado do período	-	-	29.159	29.159
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.232)	(1.232)
Reserva Legal - Estatutária	-	17.248	(17.248)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.143	-	(2.221)	(78)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.298	(2.298)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	36.979	71.142	6.160	114.281
Mutações do Período	1.856	19.546	2.592	23.994
Saldos no início do período em 01/01/2019	36.979	71.142	6.160	114.281
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	(6.096)	(6.096)
Outras destinações	-	-	(64)	(64)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.719	-	-	3.719
Baixas de capital	(2.903)	-	-	(2.903)
Resultado do período	-	-	34.832	34.832
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.455)	(1.455)
Reserva Legal - Estatutária	-	20.367	(20.367)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.170	-	(2.268)	(98)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.468	(3.468)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	39.965	94.977	7.274	142.216
Mutações do Período	2.986	23.835	1.114	27.935
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	37.071	71.142	17.485	125.698
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.257	-	-	2.257
Baixas de capital	(1.533)	-	-	(1.533)
Resultado do período	-	-	17.347	17.347
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.455)	(1.455)
Reserva Legal - Estatutária	-	20.367	(20.367)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.170	-	(2.268)	(98)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.468	(3.468)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	39.965	94.977	7.274	142.216
Mutações do Período	2.894	23.835	(10.211)	16.518

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Pantanal do Mato Grosso do Sul - Sicredi Pantanal MS
CNPJ/MF nº 26.408.187/0001-50

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	17.062	36.136	29.487
Resultado do semestre/exercício	17.346	34.832	29.159
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(284)	1.304	328
Provisão para operações de crédito	120	787	271
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	45	97	(80)
Provisão para desvalorização de outros créditos	38	53	79
Depreciação do imobilizado de uso	706	1.284	827
Amortização do intangível	241	459	401
Baixas do ativo permanente	37	61	52
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	15	(6)	4
Destinações ao FATES	(1.455)	(1.455)	(1.232)
Dividendos SicrediPar	(31)	24	6
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(68.694)	(70.171)	(55.425)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(7.714)	(6.897)	(8.377)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(34.166)	(34.166)	-
Redução em relações interfinanceiras ativas	1.581	-	-
(Aumento) em relações com correspondentes	(37)	(40)	(18)
(Aumento) em operações de crédito	(77.097)	(125.488)	(118.324)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	48.194	29.332	24.157
(Aumento) em outros créditos	(4.421)	(5.006)	(3.583)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	940	845	(848)
Aumento em depósitos	3.559	71.896	53.223
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	43	31	(49)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(5.345)	(5.343)	(6.286)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(666)	(1.208)	(776)
Aumento em outras obrigações	6.435	5.873	5.456
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(51.632)	(34.035)	(25.938)
Aquisição de Investimentos	(2.000)	(2.000)	(715)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.370)	(3.425)	(3.652)
Aplicações no Intangível	(87)	(267)	(831)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(4.457)	(5.692)	(5.198)
Integralização de capital	2.257	3.719	1.991
Baixa de capital	(1.533)	(2.903)	(2.278)
Juros ao capital próprio	(98)	(98)	(78)
Distribuição de Sobras	-	(6.160)	(3.568)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	626	(5.442)	(3.933)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(55.463)	(45.169)	(35.069)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	119.593	109.299	144.368
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	64.130	64.130	109.299

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Pantanal do Mato Grosso do Sul - Sicredi Pantanal MS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 04/07/1989 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
 - ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
 - iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.
- A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 04 de março de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	8.009	4.710
Caixa	8.009	4.710
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	56.121	104.589
Total	64.130	109.299

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	15.337	8.440
DI entre Banco e Cooperativas	15.337	8.373
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	67
Total não circulante	15.337	8.440

(i) Refere-se basicamente a aplicações que as Cooperativas realizam no Banco para cobrir a necessidade de garantias às captações para a linha MCR (Reciprocidades) e antecipações de recebíveis realizadas pelos associados na aquisição, com taxa de remuneração de 100% e 105% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa (i)	8.421	-
Cotas de Fundos Multimercado (i)	25.745	-
Total circulante	34.166	-

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	166.225	51.974	218.199	150.140
Financiamentos	44.301	9.075	53.376	58.253
Financiamentos rurais e agroindustriais	208.766	12.653	221.419	159.113
Carteira total	419.292	73.702	492.994	367.506

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honradas	138	-	138	165
Devedores por compra de valores e bens	201	450	651	-
Títulos e créditos a receber (i)	13.373	2	13.375	9.510
Total	13.712	452	14.164	9.675

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível A	0,50	155.030	102.753	775	514
Nível B	1,00	239.188	161.889	2.392	1.618
Nível C	3,00	76.378	76.267	2.291	2.288
Nível D	10,00	15.492	16.641	1.549	1.664
Nível E	30,00	4.186	3.305	1.256	992
Nível F	50,00	5.181	4.090	2.591	2.045
Nível G	70,00	1.781	580	1.247	406
Nível H	100,00	9.922	11.656	9.922	11.656
Total		507.158	377.181	22.023	21.183

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2019			Total da Carteira	2018
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	3.742	39.183	124.422	37.255	204.602	167.477
Rural	83	8.116	200.567	12.653	221.419	159.113
Industrial	-	24	37	10	71	118
Comércio	750	10.019	15.029	17.166	42.964	33.697
Outros Serviços	681	7.940	22.411	7.070	38.102	16.776
Total	5.256	65.282	362.466	74.154	507.158	377.181

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	55.708	10,98	47.706	12,65
50 devedores seguintes	142.629	28,12	100.657	26,69
100 devedores seguintes	125.072	24,66	95.107	25,22
Demais	183.749	36,24	133.711	35,44
Total	507.158	100	377.181	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial		20.833
Constituição de provisão	21.183	6.073
Movimentação de baixados para prejuízo	10.349	(5.723)
Saldo final	(9.509)	21.183

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 4.832 (2018 - R\$ 3.521), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 21.194 (2018 - R\$ 26.449).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	43	68
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.196	472
Devedores por compra de valores e bens	201	-
Devedores por depósitos em garantia	44	32
Impostos e contribuições a compensar (ii)	722	1.008
Títulos e créditos a receber (ii)	13.373	9.509
Cotas de consórcio	84	69
Devedores por convênios	-	140
Operações com cartões	209	242
Pendências a regularizar	546	257
Outros	15	115
Total Circulante	16.433	11.912
Devedores por compra de valores e bens	450	-
Títulos e créditos a receber (ii)	2	1
Total não circulante	452	1

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) Refere-se ao processo administrativo transitado em julgado, cuja a decisão do STF pela inconstitucionalidade da cobrança do INSS patronal nos serviços prestados por Cooperativa de Trabalho, assim como alguns casos em que houve pagamento indevido de valores de INSS. Ambos os casos serão compensados através da PER/DCOMPweb.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	1.550	2.396
Imóveis	1.550	2.396
Despesas antecipadas	30	30
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(112)	(15)
Total Circulante	1.468	2.411
Despesas antecipadas	1	-
Total não circulante	1	-

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 112 (2018 - R\$ 15) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	4.587	4.067
Sicredi Participações S.A.	4.899	3.419
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	9.487	7.487

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	2.073.319 ON	1.109.283 ON	1	1	4.586.774	4.066.759
	4.306.046 PN	2.309.998 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,61%	0,39%	0,62%	0,62%	9,29%	9,17%
Capital social	969.491	880.597	164	164	49.391	44.357
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	52.149	46.954
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	92	163
Valor do investimento	4.899	3.419	1	1	4.587	4.067

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	16.128	(4.509)	11.619	9.539
Imobilizações em curso	-	1.144	-	1.144	1.899
Terrenos	-	425	-	425	425
Edificações	4%	2.689	(315)	2.374	2.482
Instalações	10%	5.728	(1.929)	3.799	2.304
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.607	(700)	1.907	1.386
Sistema de comunicação	10%	201	(62)	139	137
Sistema de processamento de dados	20%	2.528	(1.315)	1.213	544
Sistema de segurança	10%	288	(44)	244	59
Sistema de transporte	20%	518	(144)	374	303
Intangível (i)		4.101	(2.290)	1.811	2.003
Investimentos Confederação		4.098	(2.288)	1.810	2.001
Outros ativos intangíveis		3	(2)	1	2
Total		20.229	(6.799)	13.430	11.542

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019			Total	2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Depósitos à vista	67.861	-	-	67.861	74.200
Depósitos Interfinanceiros	8.212	27.951	-	36.163	-
Depósitos a prazo	2.610	5.684	151.890	160.184	118.112
Total	78.683	33.635	151.890	264.208	192.312

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	170.015	140.520
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	170.015	140.520
Outros Recursos	3.804	4.178
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	3.804	4.178
Total circulante	173.819	144.698
Recursos do Crédito Rural	18.888	18.664
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	18.888	18.664
Total não circulante	18.888	18.664

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,5% a.a. com vencimentos até 21/11/2021, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	2	8.247
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	-	8.247
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2	-
Total circulante	2	8.247
Empréstimos no País - outras instituições	2.902	-
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.902	-
Total não circulante	2.902	-

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	300	447
Obrigações por convênios oficiais	5	4
Provisão para pagamentos a efetuar	1.326	1.179
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 16)	15	21
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	1.101	1.077
Pendências a regularizar	69	58
Operações com cartões	13.116	9.560
Demais fornecedores	729	515
Credores diversos	1.069	949
Total circulante	17.730	13.810

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	21	-	(21)	-
Cível	-	15	-	15
Total	21	15	(21)	15

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	-	21
Cível	Provável	15	-
Total		15	21

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 53; R\$ 235 (2018 - R\$ 75, R\$ 257 e R\$ 3), respectivamente.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	39.965	36.979
Total de associados	20.917	20.261

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 2.986 (2018 – R\$ 1.856), sendo R\$ 2.170 (2018 – R\$ 2.143) via integralização de resultados e R\$ 3.719 (2018 – R\$ 1.991), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.903 (2018 – R\$ 2.278).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,15% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.268, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 70% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal de acordo com a definição do Conselho de Administração.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	35.408	29.179
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(14.163)	(12.255)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	19	12
Provisão resgate de milhas cartão	16	(34)
Brindes e Doações	(8)	(7)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(10)	28
Receita com atos cooperativos	12.362	10.659
Juros sobre capital próprio	907	933
Prejuízo fiscal	265	194
Lucros e dividendos	12	28
Outros	24	24
IRPJ e CSLL Anos anteriores	-	398
Subtotal	13.587	12.235
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(576)	(20)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	15.337	8.440
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	34.166	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	56.121	104.589
Outros Créditos - Rendas a receber	607	526
Outros Créditos - Diversos (Nota 07 e 08)	314	192
Investimentos (Nota 10)	9.487	7.487
Intangível (Nota 11)	1.810	2.001
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	8.213	-
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	192.707	163.362
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	2.904	8.247
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	12.983	9.650
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	790	77
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	2.885	2.353
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	6.632	9.765
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	281	-
Operações de Empréstimos e Repasses	11.409	11.982
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 20)	1.213	1.211
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 22)	4.695	4.260

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	84	0,12%	91
Depósitos a prazo	1.418	0,89%	1.324
Operações de crédito	3.248	0,66%	4.388

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	2.244	1.767

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	248	292
Despesa de aluguéis	716	721
Despesa de comunicação	518	493
Despesa de manutenção e conservação	770	566
Despesa de material	182	135
Despesa processamento dados	241	166
Despesa de promoções e relações públicas	1.081	927
Despesa de propaganda e publicidade	134	135
Despesa de seguro	59	182
Despesa de serviços do sistema financeiro	905	941
Despesa de serviços de terceiros	261	199
Despesa de serviços de vigilância e segurança	740	684
Despesa de serviços de técnicos especializados	840	700
Despesa de serviços de transportes	891	921
Despesa de viagem	167	122
Despesa de depreciação e amortização	1.284	827
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	459	400
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	1.208	777
Outras despesas administrativas	920	1.028
Total	11.624	10.216

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	346	1.609
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	6.532	9.698
Reversão de provisões operacionais	1.246	871
Absorção Fates	1.208	776
Outras rendas operacionais	138	961
Total	9.470	13.915

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.796	1.423
Contribuições Cooperativistas	138	131
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	762	509
Contribuição Confederação Sicredi	3.129	2.699
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	710	670
Encargos da administração financeira	36	65
Repasso administradora de Cartões	127	153
Despesas de Cartões - Emissão, postagem e processamento	696	597
Despesas com fianças bancárias	477	442
Outras provisões operacionais	437	806
Outras despesas operacionais	266	177
Total	9.574	7.672

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	63.059	46.453
Coobrigações em cessões de crédito	35	55
Total	63.094	46.508

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN n° 3.444/07 e n° 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN n° 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	140.405	112.277
Nível I (NI)	140.405	112.277
Capital principal - CP	140.405	112.277
Capital social	39.965	36.979
Reservas de capital	94.977	71.142
Lucros acumulados	7.274	6.160
Ajustes Prudenciais	(1.811)	(2.004)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	600.437	478.454
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	740	791
Margem de Capital (i)	76.619	61.249
Índice de Basileia (PR / RWA)	23,38%	23,47%
Situação de Imobilização (Imob)	11.620	9.539
Índice de Imobilização (Imob / PR)	8,28%	8,50%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Adauto Valente de Oliveira Filho
Diretor Executivo
CPF: 693.547.151-68

Milton dos Santos Baratela
Diretor de Operações
CPF: 272.514.891-04

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20